

The logo consists of the letters 'AG' in a bold, white, sans-serif font, set against a dark blue square background.

ANDRADE
GUTIERREZ

AG PARTICIPAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.

Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2021

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes;

Balanco patrimonial;

Demonstração dos resultados;

Demonstração dos resultados abrangentes;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. INVESTIMENTOS	15
5. PARTES RELACIONADAS.....	16
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA.....	18
8. RESULTADO FINANCEIRO.....	19
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	19
10. OUTROS ASSUNTOS.....	19
11. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e diretores da
Andrade Gutierrez Participações em Desenvolvimento Urbano S.A.
Belo Horizonte - MG**

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andrade Gutierrez Participações em Desenvolvimento Urbano S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andrade Gutierrez Participações em Desenvolvimento Urbano S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Standard Accounting Board (IASB).

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

3. Ênfases

Ênfase – Inadimplência e Recuperação Judicial de Acionistas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, nas demonstrações financeiras, a investida indireta Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. é garantidora de três Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), emitidas junto à Caixa Econômica Federal, pelas empresas Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("AGDI"), Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções ("CH") e OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. ("OR"), todas datadas de 22 de dezembro de

2015, no valor inicial de R\$28 milhões cada. A referida garantia foi constituída através da hipoteca dos imóveis designados por Lote 2 do PAL 48434 e Lote 21 do PAL 48085, na proporção de 33,3%, 33,3% e 33,4% para cada CCB, respectivamente. A Companhia informa que as tomadoras AGDI e OR encontram-se inadimplentes e que existem negociações em curso por essas Companhias. As administrações da Investida e da Companhia não esperam que seus ativos sejam afetados por essa inadimplência.

Ênfase – Incerteza relacionada com a continuidade operacional de sua investida

Com base em projeção futura, a sua investida a Concessionária Rio Mais S.A. dependerá substancialmente da realização de seus ativos que atualmente estão classificados como propriedade para investimento e suporte financeiro de seus acionistas, para amortização do financiamento obtido junto à Instituição Financeira Caixa Econômica Federal, no qual, as amortizações das parcelas iniciais deveriam ter ocorrido à partir do 2º semestre de 2020. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da sua investida a Concessionária Rio Mais S.A. e da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a continuidade operacional da Companhia está diretamente associada ao suporte financeiro de seus acionistas, para a manutenção de suas atividades. Em consequência dessa dependência, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$177.082 mil e, nessa data, apresenta capital circulante líquido negativo em R\$70 mil e Patrimônio Líquido Negativo de R\$444.115 mil. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

4. Outros assuntos

Auditoria dos valores do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório de auditoria em 28 de abril de 2021, contendo ênfases e incertezas semelhantes às acima por nós apresentadas.

5. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

6. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2022.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP



Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

AG PARTICIPAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	2	Impostos a recolher		3	2
Total do ativo circulante		1	2	Partes relacionadas	5	68	4
				Total do passivo circulante		71	6
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
<i>Realizável a longo prazo</i>				Provisão para perda em investimentos	4	457.126	279.207
Partes relacionadas	5	13.581	13.581	Partes relacionadas	5	500	473
Total do ativo não circulante		13.581	13.581	Total do passivo não circulante		457.626	279.680
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	6	98.237	98.237
				Outros resultados abrangentes		(951)	(21)
				Resultados acumulados		(541.401)	(364.319)
				Total do patrimônio líquido		(444.115)	(266.103)
TOTAL DO ATIVO		13.582	13.583	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.582	13.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG PARTICIPAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	7	(92)	(81)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(176.989)	(94.263)
		<u>(177.081)</u>	<u>(94.344)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(177.081)</u>	<u>(94.344)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	8		
Despesas financeiras		(1)	(1)
		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>(177.082)</u>	<u>(94.345)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(177.082)</u>	<u>(94.345)</u>
Resultado atribuível aos: Acionistas controladores		<u>(177.082)</u>	<u>(94.345)</u>
Resultado do exercício por ação	6	(1,8026)	(0,9604)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG PARTICIPAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	(177.082)	(94.345)
Mudança no valor justo de instrumento financeiro ativo, reflexo	(930)	(12.884)
Total do resultado abrangente do exercício	(178.012)	(107.229)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG PARTICIPAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes patrimoniais	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	98.237	12.863	(269.974)	(158.874)
Outros resultados abrangentes	-	(12.884)	-	(12.884)
Resultado do exercício	-	-	(94.345)	(94.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	98.237	(21)	(364.319)	(266.103)
Outros resultados abrangentes	-	(930)	-	(930)
Resultado do exercício	-	-	(177.082)	(177.082)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	98.237	(951)	(541.401)	(444.115)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG PARTICIPAÇÕES EM DESENVOLVIMENTO URBANO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício		(177.082)	(94.345)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	5	176.989	94.263
		(93)	(82)
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Partes relacionadas		65	(27)
Impostos a recolher		1	1
		66	(26)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(27)	(108)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	4	26	110
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		26	110
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO			
		(1)	2
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3	2	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3	1	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AG Participações em Desenvolvimento Urbano S.A. (“Companhia” ou “AGDU”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 4 de junho de 2013 e tem por objeto social as seguintes atividades: (i) participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista no país ou no exterior e (ii) a execução, direta ou indiretamente, da incorporação, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, residenciais e comerciais, terrenos e frações ideais, locação e administração de bens imóveis, construção de imóveis e exploração, direta ou indiretamente, da indústria hoteleira.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, no bairro Cidade Jardim, na Avenida do Contorno, 8123. A Companhia é uma holding controlada pela Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A. (“AGIE”) que, em 31 de dezembro de 2021, detinha 100% do capital votante e total da Companhia.

A AGDU, por ser uma *holding*, possui uma estrutura patrimonial que difere da maioria das empresas operacionais. Com isto, ela administra sua estrutura de capital visando sua capacidade de continuidade operacional de maneira a oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios aos demais stakeholders. Além disto, considerando o contexto do grupo econômico ao qual a Companhia está inserido, a Administração também pode avaliar possibilidades de eventual suporte financeiro de outras Companhias do Grupo Andrade Gutierrez.

Adicionalmente, a análise de continuidade operacional da Companhia está diretamente associada à continuidade operacional de sua investida direta, Concessionária Rio Mais, que depende substancialmente da operacionalização de seus ativos classificados como propriedade para investimento e suporte financeiro para amortização de seus passivos e manutenção de suas atividades.

Informações dos investimentos da Companhia

Concessionária Rio Mais S.A.

A Concessionária Rio Mais S.A. (“Rio Mais”) foi constituída em 3 de abril de 2012 e tem como objeto social a prestação de serviços, cumulada com a execução de obras, necessárias à implantação, operação e manutenção do Parque Olímpico do Rio de Janeiro, para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e exploração imobiliária. Em conformidade com as especificações do Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa, por um período de 15 anos, contados a partir de 26 de abril de 2012, celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Município do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria Municipal da Casa Civil (Poder Concedente).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas, em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido ou pago por um ativo ou passivo em uma transação organizada entre partes independentes, seja através de preço diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia faz o uso de estimativas e julgamentos apenas para definição do valor justos das provisões para perdas em investimentos de sua investida Rio Mais, conforme mencionado na nota explicativa nº 4. Excetuando-se a tratativa mencionada, a Administração entende que não há risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos demais ativos e passivos.

2.5 Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

2.5.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamento	A deliberação nº. 859/20, aprovou alterações na IFRS 16/ CPC 06, com efeitos nos pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, bem como reajustes que se estendam após 30 de junho de 2021. Neste sentido, o arrendatário poderá optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento gerado implicitamente pela COVID-19, refere-se a uma modificação do contrato de arrendamento, e assim, registrar os efeitos nos pagamentos do arrendamento no resultado do período. Novas alterações ligadas a IFRS 16 ocorreram em março de 2021, estendendo em um ano os benefícios descritos, cujos efeitos impactam os pagamentos devidos até 30 de junho de 2022. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021
CPC 06 (R2) - IFRS 16: Arrendamento CPC 11 - IFRS 4: Contratos de seguro CPC 40 (R1) - IFRS 7: Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - IFRS 9: Instrumentos financeiros	A proposta poderá afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência (LIBOR) por uma taxa de referência alternativa. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021

2.5.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	A referida alteração tem como objetivo o esclarecimento da onerosidade de um contrato, bem como o custo relacionado ao seu respectivo cumprimento e dos custos incrementais que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	O objetivo da alteração visa esclarecer que as exigibilidades devem ser classificadas como circulantes ou não circulantes, a depender dos direitos que existem no final do período. Tal classificação não é afetada pelas expectativas da Companhia ou eventos após a data do relatório.	01/01/2023
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis: emitida em fevereiro de 2021 a alteração aplica-se sobre as divulgações das políticas contábeis "materiais", e não mais "significativas". Na divulgação o IASB define o que é uma "informação de política contábil material" e explica como identificá-la. Além disso, explica não ser necessário a divulgação de informações imateriais de política contábil, no entanto, caso a Companhia opte pela divulgação, que não devem obscureça as informações contábeis relevantes.	01/01/2023
IFRS 3 - Combinação de Negócios	Com emissão ocorrida em maio de 2020, o objetivo da alteração é substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.	01/01/2022
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as Companhias registrem o tributo diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como por exemplo as transações com arrendamento, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.	01/01/2023
IFRS 17 - Contratos de seguro	Estabelece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.	01/01/2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	01/01/2023

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.2 Composição

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1 (R\$2 em 2020). Durante o exercício comparativo, grande parte dos recursos recebidos pela Companhia foi consumido para quitação de pequenas despesas administrativas.

4. INVESTIMENTOS

4.1 Política contábil

Os investimentos da Companhia são registrados, originalmente, a valor de custo e atualizados utilizando o método de equivalência patrimonial. No caso de investimentos com patrimônio líquido negativo, é constituída a provisão para perda no passivo.

4.2 Ajuste de prática contábil de investida

As demonstrações financeiras da investida Rio Mais, cujos resultados são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial, foram ajustadas para refletir as práticas contábeis da Companhia, que reconhece propriedades para investimento pelo valor justo, uma vez que a Rio Mais realiza o reconhecimento das propriedades para investimento a custo. O reconhecimento de ganhos ou perdas decorrentes do valor justo, apurado nas propriedades para investimento da investida indireta Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Parque da Lagoa"), referem-se a terrenos aportados pela Rio Mais, que a conferem além de participação acionária, o direito de receber dividendo fixo equivalente a 21,95% sobre a venda bruta das incorporações.

Sobre a parcela do valor justo acrescido ao resultado da Rio Mais para fins de equivalência patrimonial, não incide encargos tributários.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia e o Grupo Andrade Gutierrez aplicam o método de valor justo para as propriedades para investimentos. Neste contexto, todos os anos a Rio Mais contrata uma empresa independente especializada em avaliação do mercado imobiliário, objetivando o cálculo do valor justo dos terrenos e do ativo em construção (IBC). O laudo foi elaborado conforme normativo técnico vigente.

A seguir apresentamos o resultado do exercício de 2021 da Rio Mais, ajustado pelo efeito do valor justo das propriedades para investimentos, líquidos de impostos diferidos, os quais serão revertidos no momento da realização das propriedades para investimentos:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Resultado Rio Mais (100%)		Equivalência Patrimonial	
Resultado do exercício com valor de custo PPI	(538.733)	(327.883)	(179.398)	(109.185)
Ajuste a valor justo de PPI, líquido de impostos	7.236	44.810	2.409	14.922
	(531.497)	(283.073)	(176.989)	(94.263)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, este ajuste por diferença de prática contábil representa o valor de R\$7.236 (R\$2.409 no percentual de participação da Companhia). O valor acumulado destes ajustes em 31 de dezembro de 2021 é de R\$721.725 (R\$240.334 no percentual de participação da Companhia).

4.3 Movimentação do Investimento

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos da Companhia, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2020	Movimentação		31/12/2021
	Saldo do investimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Saldo do investimento
Controlada em conjunto				
Concessionária Rio Mais S.A.	(279.207)	(930)	(176.989)	(457.126)
	(279.207)	(930)	(176.989)	(457.126)

	31/12/2019	Movimentação		31/12/2020
	Saldo do investimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Saldo do investimento
Controlada em conjunto				
Concessionária Rio Mais S.A.	(172.060)	(12.884)	(94.263)	(279.207)
	(172.060)	(12.884)	(94.263)	(279.207)

4.4 Informações adicionais sobre os investimentos

A Rio Mais foi encarregada da construção do International Broadcast Centre (IBC), edificação que sediou as operações de transmissão de rádio e TV durante os jogos olímpicos e paraolímpicos.

O contrato de PPP entre a Rio Mais e a Prefeitura do Rio de Janeiro estabelece que os pagamentos serão realizados através de contraprestações pecuniárias (R\$630 milhões) e imobiliárias (R\$850 milhões em terrenos). O contrato inicial foi alterado pelos aditivos I e II, os quais acrescentaram novas obrigações à Concessionária, e definiram uma contraprestação adicional. Até 31 de dezembro de 2016 as obras contratadas estavam concluídas, sendo que a empresa Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (Parque da Lagoa), foi responsável pela construção dos escritórios comerciais (Main Press Center – MPC e IBC Office) que foram utilizados pelo poder concedente para realização das Olimpíadas. Esses empreendimentos foram incorporados com recursos dos respectivos acionistas nos terrenos que foram transferidos pela Rio Mais, através de aquisição de ações preferenciais, para construção do MPC e, por contrato de comodato de terreno, para construção do IBC Office.

Outros assuntos

A Rio Mais é garantidora de três Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”), emitidas junto à Caixa Econômica Federal pelas seguintes empresas - Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“AGDI”); Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções (“CH”); e OR Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. (“OR”), todas datadas de 22 de dezembro de 2015 e no valor inicial de R\$28 milhões cada. A referida garantia foi constituída através da hipoteca dos imóveis designados por Lote 2 do PAL 48434 e Lote 21 do PAL 48085, na proporção de 33,3%, 33,3% e 33,4% para cada CCB, respectivamente. A Rio Mais informa ainda que, atualmente, a CH encontra-se adimplente junto a CEF, considerando o Sistema de Informação de Crédito do Banco Central do Brasil, e que as tomadoras AGDI e OR encontram-se inadimplentes. Até a data destas demonstrações não é possível mensurar os impactos desta inadimplência nos ativos da Rio Mais.

As informações sobre os saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das investidas está apresentadas a seguir:

	Concessionária Rio Mais S.A.
<i>Informações das investidas</i>	
Ativo total	1.918.672
Passivo total	3.291.423
Capital social	167.839
Patrimônio líquido (a)	(1.372.751)
Resultado do exercício líquido do período	(531.498)
Número de ações ordinárias/quotas	167.839.000
<i>Outras informações da Controladora</i>	
Participação no capital social da investida (%)	33,30%

(a) Conforme mencionado no item 4.2, o patrimônio líquido da investida apresenta uma diferença de R\$721.725, referente ao reconhecimento, na Companhia, do valor justo das propriedades para investimento. Além da participação proporcional ajustada, encontra-se registrado no ativo, ágio proveniente da aquisição do investimento na Rio Mais no valor acumulado de R\$14.

5. PARTES RELACIONADAS

Os saldos entre partes relacionadas estão compostos como segue:

	Natureza	31/12/2021		31/12/2020	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (passivo) circulante					
<i>Controladora indireta</i>					
Andrade Gutierrez S.A.	Nota de Débito	-	68	-	4
Saldos de ativos (passivos) circulantes		-	68	-	4
Ativo (passivo) não circulante					
<i>Controladora indireta</i>					
Andrade Gutierrez S.A.	Mútuo	3.445	26	3.445	26
<i>Controladora direta</i>					
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	AFAC	-	472	-	446
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Recebível	10.136	-	10.136	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	2	-	1
Saldos de ativos (passivos) não circulantes		13.581	500	13.581	473
Total dos saldos de partes relacionadas		13.581	568	13.581	477

As transações de saldos a receber e a pagar entre a Companhia e suas partes relacionadas, pertencentes ao Grupo AG, são realizadas em condições negociadas entre as partes envolvidas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

(a) Refere-se ao saldo do contrato de compra e venda de participação acionária, referente à participação que a Companhia detinha nas empresas AG Construções e Serviços S.A. e AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda. A Administração do Grupo avalia opções para liquidação dos referidos saldos e espera que os mesmos sejam recebidos nos próximos exercícios.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

6.1.1 Política contábil

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, na rubrica de capital social. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

6.1.2 Composição

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social da Companhia é de R\$98.237, representado por 98.236.978 ações ordinárias.

6.2 Reserva de lucros ou prejuízos acumulados

A reserva de retenção de lucros ou os prejuízos acumulados representam o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

6.3 Resultados abrangentes – ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao reconhecimento de variações patrimoniais ocorridas no patrimônio líquido da investida Concessionária Rio Mais S.A., quando da atualização de valores sobre instrumentos financeiros ativos mantidos pela referida investida.

6.4 Resultado por ação

6.4.1 Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico.

6.4.2 Composição

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação. Os cálculos dos resultados por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados abaixo, com valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por ação:

(Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	(177.082)	(94.345)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	(177.082)	(94.345)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(177.082)	(94.345)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	(177.082)	(94.345)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	98.237	98.237
Total	98.237	98.237
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas por ação ordinária	(1,8026)	(0,9604)

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

7.1 Política contábil

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros, quando houver, são diferidas e realizadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

7.2 Composição

O saldo de despesas administrativas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$92 (R\$81 em 31 de dezembro de 2020). Em ambos os exercícios informados, os saldos são compostos por despesas com serviços prestados por terceiros.

8. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia, apresentado na demonstração do resultado nos montantes de R\$1 para 31 de dezembro de 2021 e 2020, refere-se, substancialmente, ao pagamento de tarifas bancárias.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

9.1 Política Contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura.

9.2 Composição

A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(177.082)	(94.345)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	60.208	32.077
(Adições) exclusões permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(60.176)	(32.049)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não constituídos	(32)	(28)
	(60.208)	(32.077)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	-	-

A companhia não realizou a constituição do imposto de renda e contribuição social diferido neste exercício.

10. OUTROS ASSUNTOS

A Companhia e sua investida, continuam a análise e monitoramento periódico das ações a serem tomadas de modo a antecipar eventuais impactos no negócio advindos da pandemia do coronavírus. Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos a serem reportados.

11. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Diretoria da Companhia, em 26 de abril de 2022, tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e autorizaram a sua conclusão e divulgação.

DIRETORES EXECUTIVOS

Bruno Gonçalves Siqueira
Fernando Santos Salles
Gustavo Braga Mercher Coutinho
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro

CONTADOR RESPONSÁVEL

Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG-105896/O-1